

---

**Dossiê:**

**O FUTURO DO  
ENTENDIMENTO  
DE FRONTEIRA  
E DA RELAÇÃO  
ENTRE OS POVOS**

**ARTIGO 1**

**SOBRE O FUTURO DO ENTENDIMENTO DE  
FRONTEIRA**

**Por Marcos Costa Lima**

Gostaria antes de iniciar estas reflexões, de agradecer ao convite gentilmente formulado pela Professora Maria de Jesus de Britto Leite, coordenadora do Instituto Futuro, que estabeleceu uma riquíssima agenda de pesquisa, para discutirmos, nesta Universidade, temas tão relevantes e urgentes quanto prospectar sobre o Futuro da Sociedade Humana; do Planeta (com foco nas questões ambientais); da Cultura e das Artes; da Educação; do que serão as cidades no futuro"; da Ética; da Ciência. Tudo isto valorizado por uma metodologia avançada, criativa e instigante de questões que estão nas fronteiras do conhecimento.

Ao nos propor refletir sobre o entendimento de fronteira e as relações contemporâneas entre os povos a partir da rica argumentação do escritor moçambicano e também biólogo Mia Couto, um "encantador de Palavras", a Professora Maria de Jesus nos provoca a sairmos de nossas limitações para pensarmos com liberdade em busca de novos conhecimentos e de novos horizontes teóricos, epistemológicos, metodológicos e multidisciplinares. Um desafio e tanto.

Antes de entrar propriamente no tema, há que falarmos de uma imensa crise mundial, que não é apenas uma crise do capitalismo, que fracassou redondamente desde o final dos anos 1970 em gerar estabilidade, mas ao contrário, acelerou o processo de desigualdade em escala planetária, ampliou o desemprego de longa duração e não tem resposta para a retomada da

---

economia. Se trata também de uma imensa crise ambiental, política e ética, cuja expressão maior é o afastamento das representações políticas de seus representados. Os estados nacionais sendo, passo a passo, cooptados pelo grande capital. Se olharmos para a situação das populações do Oriente Médio, onde milhões fogem de guerras provocadas pelos países ricos, que não recebem estas populações que lutam pela sobrevivência. Não apenas os EUA, mas a União Europeia tem dado demonstrações inequívocas de desrespeito à solidariedade humana e aqui já podemos anunciar um dos problemas graves que envolvem o termo fronteira e a relação entre os povos. Nos anos noventa, dadas as transformações havidas no capitalismo, hoje enfeixadas no complexo globalização/mundialização /financeirização, novos problemas e enfoques são colocados e passam a exigir, portanto, novas interpretações.

Essas transformações tecno-produtivas iniciadas nos anos 1980 acabaram confluindo para uma grande crise mundial, iniciada em 2007, cujos efeitos estão afetando a totalidade das populações mundiais, mas também com impactos agressivos sobre a estrutura física do planeta e que, por uma questão mesmo de sobrevivência da espécie, estão a merecer não apenas análises críticas multifacetadas, mas proposições que apontem para saídas melhores, em termos de bem estar social e de estratégias sustentáveis de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, esses enfrentamentos têm impactado com mais intensidade sobre países e comunidades da periferia do sistema mundial.

Os conceitos-chave abarcados pelas Ciências Sociais, como “Estado-nação”, “Região”, “Território”, “Localização”, “Fronteira”, todos profundamente afetados por mudanças radicais e imersos em circuitos cruzados, estão a carecer de contribuições multidisciplinares, de novas abordagens mais articuladas e, ao mesmo tempo serem re-problematizados, re-atualizados (COSTA LIMA, 2011).

COSTA LIMA, Marcos. **A Questão das Fronteiras no Norte do Brasil, a Amazônia e a construção de uma Unidade SulAmericana.** In: Estevão Chaves de Rezende Martins e Filipe Kern Moreira(Orgs.): *As Relações internacionais na Fronteira Norte do Brasil*. Boa Vista: Editora UFRR, 2011: p.11.

---

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**, São Paulo: UNESP, 2002.

Sobre o território, a nação e a região, estão atuando em escala mundial, formas exógenas articuladas, superpostas, inter-funcionais que, sobretudo do ponto de vista da periferia, são impositivas, fragmentárias e excludentes, tendo em vista a longa trajetória de dependência que caracterizou e ainda caracteriza os países que sofreram o colonialismo. A estas forças da globalização respondem contra-fluxos endógenos. A modernização, por exemplo, no setor do trabalho formal, sobcondições de aceleração da inovação tecnológica, das fusões de empresas, e do capital rentista, está a exigir cada vez mais flexibilidade, mais adaptabilidade, o que tem provocado desemprego, precariedade das relações de trabalho, ampliação do setor informal, sem falar dos efeitos macroeconômicos perversos das políticas de ajuste, que exigem altas taxas de juros e, por conseguinte, mais desemprego, estagnação prolongada.

As mudanças na forma de atuação do capitalismo mundial têm determinado ou estabelecido novas correlações sobre os territórios na periferia, que se somam ou se confrontam às estruturas e processos endógenos. Como questiona Altvater (2002), ao esboçar uma análise dialética dos espaços, para além do funcionalismo: “por quais mecanismos de atuação as tendências do mercado mundial se transpõem para realidades nacionais e regionais; em outras palavras, como fatores exógenos são endogenizados?” – O que corresponde a pesquisar a forma como o mercado mundial, a política, a ecologia social, a nação e a região se articulam.

A dimensão regional, uma das categorias do pensamento do mundo social e das representações que lhe estão associadas, tem sido objeto de lutas entre os cientistas sociais, não apenas entre geógrafos (que aspiram a uma definição legítima), mas também por parte de historiadores, etnólogos e, desde que existe uma política de “regionalização” e “movimentos” regionalistas, por parte de economistas e de sociólogos.

---

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

LEFEBVRE, Henri. **L'Espace et l'Etat**. In: Henri Lefebvre: De l'Etat. Les contractions de l'Etat Moderne. Paris, 1978.

Consideramos importante aqui assinalar alguns aportes teóricos sobre os conceitos de *espaço* e *território* em Bourdieu (1989) e Lefebvre (1978), que nos ajudam a perceber o espaço da Tríplice Fronteira, foco de nossa análise.

Seguindo a reflexão de Bourdieu (1989), "*o geógrafo prende-se talvez demasiado ao que se vê, enquanto o economista se deve prender ao que não se vê*" (p. 108). O geógrafo se limitaria à análise do conteúdo do espaço, privilegiando suas relações internas, olhando muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas da região. Já para o economista, a região seria tanto espaço de aprovisionamento quanto de exportação e, neste caso, a interdependência das regiões seria um aspecto a privilegiar. Se tomados quase caricaturalmente os métodos das duas disciplinas, enquanto o geógrafo observa o pequeno, o particular, o concreto a descrição, o economista observaria o grande, o geral, o abstrato, a teoria.

A etimologia da palavra região (*regio*), segundo Emile Benveniste (*In* Bourdieu, 1989: p. 114), conduz ao princípio da divisão, ato mágico, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc). *Regere fines* é então o ato que traça as fronteiras em linhas retas, separa o interior do exterior, o reino do sagrado do profano, o território nacional do território estrangeiro; é um ato *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o rex, encarregado da *regere sacra*, de fixar as regras que trazem a existência daquilo por elas prescrito. A *régio* e suas fronteiras (*fines*) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (*fines*), em impor a definição legítima conhecida e reconhecida das fronteiras e do território, em suma, princípio da "di-visão" legítima do mundo social.

Estas palavras iniciais, quase advertências, indicam não apenas as

---

dificuldades, mas a necessidade de estabelecer um quadro analítico e conceitual mais alargado do que vem a ser os conceitos de *região*, de *espaço*, de *território*, de *fronteira*.

Uma abordagem teórica sobre a noção de *espaço* deve considerar a princípio que o termo guarda dimensão multidisciplinar: o espaço da física, o espaço natural; o espaço ambiental, o espaço urbano, construído, o espaço simbólico, político, estatal. Entre os pensadores modernos, foi talvez Henri Lefebvre um dos que conseguiu não apenas trabalhar esta dimensão de totalidade, mas também de especificidade e de diferenças, de contradições e de concretude que emanam do conceito. Em uma reflexão que estabelece acerca das ligações existentes entre o Estado e o espaço, Lefebvre afirma que no curso de sua gênese o Estado se liga ao espaço por uma relação complexa em cujo âmbito poderíamos destacar três momentos:

1) A produção de um espaço, o *território nacional*, espaço físico, balizado, transformado por redes, circuitos e fluxos que se instalam e que são estradas, canais, caminhos de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e vias-aéreas, etc. Portanto, é um espaço material-natural no qual se inscrevem os atos das gerações, das classes, dos poderes políticos, seja enquanto produtores de objetos, seja de realidades duráveis (não apenas de coisas, de produtos isolados, de instrumentos e de mercadorias distribuídas ao consumo). Trata-se de um espaço material, construído e que garante a produção e a reprodução social.

2) No segundo momento ocorre a produção de *um espaço social propriamente dito*, ou seja, um edifício artificial de instituições hierarquizadas, de leis, de convenções sustentadas por “valores” que veiculam a língua nacional. Essa arquitetura social, ou ainda essa monumentalidade política é o Estado ele mesmo, pirâmide pousada sobre sua base e tendo no topo o chefe político. Ela é uma abstração concreta, repleta de símbolos, lugar de uma circulação intensa de informações e mensagens, de trocas espirituais,

---

de representações, de ideologia, de saber ligado ao poder. E nos diz Lefebvre (1978.): “não há instituição sem um espaço” (p.260). A família, a escola, a empresa, a igreja, cada uma possui um espaço apropriado cuja especificação é objeto da divisão do trabalho social e, portanto, de dominação política. Contudo, se cada Estado é um espaço social, neste espaço existe um mínimo de *consenso*.

3) No terceiro momento, que compreende o consenso social, o Estado ocupa um *espaço mental*, com as representações que cada um produz: confusas ou claras, vividas ou imaginadas, o espaço mental não deve se confundir com o espaço físico ou social, mas deles também não pode se separar.

Produto de um espaço, o Estado se volta sobre suas próprias condições históricas e antecedentes, transformando-as. Ao engendrar relações sociais no espaço, ele produz um suporte regulador, ordenador do espaço nacional, acabando por se constituir no interior do espaço mundial onde tende a se estabelecer.

Em sua qualidade eminentemente política o Estado reorganiza as relações sociais de produção. Para isso ele se depara, se articula, enfrenta o espaço econômico preexistente: pólos de crescimento espontâneos, cidades históricas, comercialização do espaço fracionado e vendido em lotes. Assim, o Estado tende a reproduzir não apenas as relações sociais inerentes à produção industrial, mas as relações de dominação inerentes à hierarquia dos grupos e dos lugares. Ao caos das relações entre indivíduos, grupos e frações de classe, ele tende a impor uma racionalidade, a sua, que tem o espaço como instrumento privilegiado. Se o econômico se reconstitui em termos espaciais – em fluxos de energia, matérias-primas, mão de obra, produtos acabados, circuitos comerciais, e estoques – o Estado procura controlar fluxos e estoques, assegurando a sua coordenação.

Em não sendo um ortodoxo, Lefebvre considera que o marxismo negligenciou durante muito tempo a cidade, o urbano, o espaço e o Estado ele

---

mesmo. Isso se deu porque em sua reflexão, os marxistas se orientaram desde o princípio para a análise crítica da produção no sentido estritamente econômico, da empresa, do trabalho produtivo, bem como para a estratégia de uma eventual tomada do poder político e, conseqüentemente, de uma utilização dos aparelhos de estado na gestão das forças produtivas. Daí se segue que o movimento marxista só muito tardiamente tomou consciência da problemática da cidade, do espaço, e do Estado.

Para Lefebvre, uma ideologia mantinha a convicção de que os problemas urbanos e espaciais seriam problemas de países sub-desenvolvidos ou resultantes do predomínio dos "interesses privados" sobre o interesse geral e público, representado mais ou menos pelo Estado. A industrialização aparece como um processo necessário e suficiente, produzindo suas próprias leis (econômicas) e suas implicações (reprodução da força de trabalho, etc.) Essa simplificação do real, vem sinalizar que a totalidade do processo escapava à ortodoxia marxista em razão de sua abordagem, que reduzia a realidade urbana e espacial a um epifenômeno da dinâmica econômica: de renda da terra, da especulação imobiliária. A produção, as relações de produção, os lugares da produção, o consumo, os lugares do consumo, seriam mais ou menos controlados por instâncias econômicas (o grande capital) e políticos (os aparelhos de estado), incluindo aqueles ideológicos. O filósofo diz que jamais insistirá o suficiente contra este reducionismo, reafirmando a complexidade das relações entre a sociedade e o espaço.

Essa reflexão sobre região, espaço e território, nos impulsiona a desenvolver, ainda teoricamente, o conceito de fronteira, essencial para o desenvolvimento analítico de nosso artigo.

A palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere - o que está na frente. A origem histórica da palavra mostra que seu uso não estava associado a nenhum conceito legal e que não era um conceito essencialmente político. Nasceu como um fenômeno da vida social

---

espontânea, indicando a margem do mundo habitado. Na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo e ocupando os espaços da economia de subsistência, as fronteiras tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir. Com este sentido, por exemplo, o termo foi empregado por F.Turner para caracterizar a expansão do povoamento no Oeste norte-americano, e retomado, com sucesso, nos trabalhos sobre a ocupação recente da Amazônia. Mais recentemente, vemos o uso metafórico da palavra em textos que tratam da revolução tecnológica<sup>1</sup>.

MACHADO, Lia Osorio.  
Limites e fronteiras: da alta  
diplomacia aos circuitos da  
ilegalidade. Revista território.  
Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

Segundo Lia Machado (2000), não é surpresa, portanto, que a fronteira, historicamente, tem sido objeto permanente de preocupação dos Estados, no sentido de controle e vínculo. Tampouco é surpreendente que um dos objetivos do sistema histórico de Estados nacionais, em vigência por quase dois séculos, foi o de estimular a coincidência entre limite e fronteira, disso resultando uma convergência conceitual, passando a serem considerados sinônimos. Hoje, no entanto, a funcionalidade dessa convergência conceitual deve ser revista frente aos novos agenciamentos do poder político e econômico, e do espaço físico mundial. As manifestações mais evidentes dessas mudanças têm sido os diversos modelos de regionalismo (Comunidade Européia, uniões aduaneiras como Nafta, Mercosul, etc.), a proliferação de organizações internacionais e transnacionais, as formas de organização em rede, possibilitadas pela revolução tecnológica dos meios de comunicação e informacionais, rápidas em redefinir espaços de transação que não coincidem com o espaço territorial dos Estados nacionais. A dificuldade hoje em dia de estabelecer um prognóstico seguro ou uma tendência para os Estados

---

<sup>1</sup> In: [www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/pO2pub001.htm](http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/fronteira/pO2pub001.htm).

---

nacionais, a questão das fronteiras é retomada, surge o interesse em rediscutir seu papel.

Na literatura sobre limites e fronteiras políticas internacionais é possível encontrar inúmeras classificações para diferenciar os tipos de fronteiras-limite e suas peculiaridades. A mais conhecida delas – a classificação das fronteiras em *naturais* e *artificiais* – foi discutida durante toda a primeira metade do século XX, mesmo depois que passou a ser dominante a compreensão de que as fronteiras, mesmo as chamadas naturais, são resultado de convenções (bilaterais) ou de imposição (unilateral).

#### A Ásia

A Ásia continental (sem as ilhas) com seus 36 países, apresenta muitas fronteiras tríplices, pontos onde se encontram os territórios de três países. A China, em função da sua localização e de sua extensão, apresenta muitos pontos tríplices de fronteira.

Para as Nações Unidas, enquanto sub-região da Ásia, a Ásia Central compreende apenas o Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. A Associação de Nações do Sudeste é uma organização regional de estados do Sudeste Asiático que foi constituída em 8 de Agosto de 1927. Criada inicialmente para desenvolver a região e aumentar sua estabilidade, seus objetivos são exclusivamente econômicos, envolvendo acordos laterais, bilaterais e multilaterais de comércio. A ASEAN é composta por Malásia, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Myanmar, Tailândia, Vietnã, Brunei, a partir de 1984 e, em 1999, Camboja. A Papua-Nova Guiné participa apenas como membro observador.

Inicialmente, a ASEAN voltou-se para a liberalização do comércio: uma das primeiras medidas foi a liberação de tarifas de produtos agrícolas. Porém, em meados da década de 1970, os países membros definiram algumas áreas para atuação conjunta, como os setores da indústria petroquímica, de produção de

---

fertilizantes e de borracha. Isso impulsionou a economia da região e a participação desses produtos no mercado internacional. Brunei e Indonésia têm na exploração de gás natural e petróleo, respectivamente, suas maiores fontes de riqueza. Cingapura, por sua vez, aloja empresas de alta tecnologia, com destaque para as de informática. A Malásia é líder do mercado mundial de madeiras, tendo devastado matas virgens em seus países, nos países vizinhos e até mesmo no Brasil. Assim como a Tailândia, a Malásia possui uma base industrial importante. Nas Filipinas e no Vietnã, a agricultura é a atividade econômica mais importante. Nos Anos 1990, o Vietnã, Laos e Mianmar (ex-Birmânia) ingressaram na ASEAN. O bloco passou a se vincular à dinâmica desenvolvimentista do Japão, dos tigres asiáticos (a cidade-estado de Cingapura é um deles) e, posteriormente, do Dragão chinês, e tem demonstrado uma impressionante taxa de crescimento para o mundo e também um dinamismo econômico potente. Com isso, a região tem por objetivo principal, assegurar a estabilidade política e acelerar o processo de desenvolvimento na região.

#### A América latina

A América Latina também vem passando por modificações substantivas em termos dos processos regionais, bastando sinalizar para a incorporação do México ao NAFTA, o que sem sombra de dúvidas altera a geopolítica regional; a consolidação gradual do MERCOSUL, que incorporou a Venezuela e a Bolívia em seu processo de expansão, as próprias incertezas quanto ao futuro do Pacto Andino. O avanço destes processos poderá criar novas regiões, redefinir a divisão inter-regional do trabalho existente e talvez redesenhar os novos processos de concentração espacial da produção.

O desconhecimento teórico e empírico da dinâmica das sub-regiões latino-americanas, de seus fluxos econômico-financeiros, suas cadeias de valor, de suas vantagens comparativas e competitivas, é uma grande lacuna que precisa urgentemente de esforços descritivos e analítico-propositivos. Nesse sentido,

---

COSTA LIMA, Marcos, A  
**Questão das Fronteiras no  
Norte do Brasil, a Amazônia e  
a Construção de uma Unidade  
SulAmericana.** In: Estevão  
Chaves de Rezende Martins e  
Filipe Kern Moreira(Orgs.) in:  
*As Relações internacionais na  
Fronteira Norte do Brasil.* Boa  
Vista: Editora UFRR, 2011:  
p.11:38.

é necessário construir bases de dados amplas e compatíveis, capazes de lançar luz sobre essas sub-regiões, sobre suas dinâmicas espaciais e territoriais; perceber e reforçar as oportunidades e "*janelas de oportunidade*", bem como apoiar o desenho de alternativas sócio- econômicas e ambientais, na direção da equidade, de padrões de desenvolvimento que sejam democrática e ambientalmente sustentáveis.

A trajetória "moderna" das sub-regiões latino-americanas está diretamente vinculada à formação sócio-econômica de seus países, que desde a origem estiveram inseridos no capitalismo, a princípio mercantil e posteriormente industrial, etapa que muitos dos países e sub-regiões do subcontinente ainda não alcançaram. A grande região amazônica, por exemplo, que engloba nove países, apresenta um mosaico de tempos históricos e grande heterogeneidade (COSTA LIMA, 2011).

Um dos traços mais constantes do desenvolvimento da economia latino-americana é sua crescente heterogeneidade espacial. Áreas de intenso dinamismo estão consolidando suas posições (grande Buenos Aires, São Paulo, Santiago) enquanto outras não alcançam a sinergia necessária para superar o atraso (Nordeste brasileiro, Chaco argentino, o sul do México, entre outras). Espaços antes vazios são ocupados (a região do Pantanal, ou da grande Belém), mas outros permanecem vazios (Patagônia, Amazonas, Norte do Chile). Tal movimento, de crescente diferenciação no espaço econômico, que é inerente à própria lógica da acumulação capitalista e que precisa localizar-se e buscar constantemente novas formas e localidades mais atraentes para sua aplicação, tem tornado cada vez mais inadequadas as políticas de combate e enfrentamento ao problema. Somos uma América Latina desigual, com indicadores de renda per capita sub-regionais que têm correlatos tanto aos da Índia mais pobre quanto aos da Espanha. As redes e sistemas metropolitanos, em toda sua diversidade, têm suas "ilhas" de competência, de excelência. A seu lado, convivem diversas "ilhas" de abandono, a exemplo do semi-árido brasileiro, do noroeste argentino. As

---

políticas de recorte neoliberais, ao abandonarem o planejamento das sub-regiões, agravam a situação, aprofundando a heterogeneidade espacial. E essas assimetrias são forte adversárias da consecução e avanço de qualquer projeto mais arrojado de integração regional.

Uma característica importante do tratamento dado às regiões de fronteira na atualidade, ainda segundo Lia Machado é que o foco se deslocou do campo estritamente político para o campo econômico, sendo paradigmático o caso da fronteira entre o México e os Estados Unidos.

De modo geral, no entanto, a escassez de estudos sobre outras regiões de fronteira, que não aquelas EUA - México e da União Européia, pode ser explicada na medida em que parte dessas regiões, como por exemplo, a Amazônia, ou ainda a Tríplice Fronteira do Mercosul, estão isoladas dos centros nacionais de seus respectivos Estados, têm carência de redes de transporte e de comunicação, além de dimensões políticas e econômicas pouco representativas se comparadas aquelas do centro do sistema. Com ausência de instituições capazes de gerar sinergias com os vizinhos, a cooperação entre países em regiões de fronteira tem sido feita informalmente, e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços.

Para a geógrafa da UFRJ esse processo é indicativo de que, mais do que uma perda de função dos limites e fronteiras internacionais, o que está ocorrendo é uma mutação da perspectiva do Estado em relação ao seu papel. A fronteira deixa de ser concebida somente a partir das estratégias e interesses do Estado central, passando a ser concebida também pelas comunidades de fronteira, ou seja, no âmbito sub-nacional. O desejo e a possibilidade real de comunidades locais estenderem sua influência e reforçarem sua centralidade além dos limites internacionais e sobre a faixa de fronteira subverte e renova os conceitos clássicos de limite e de fronteira.

O processo de integração sul-americana, tomando-se por base a dinâmica do Mercosul e da Comunidade Andina, tem sido, até o presente, muito mais uma

---

articulação exitosa entre os países que enfeixam o Cone Sul da região, mesmo que convivendo com ondas de avanços e recuos. Hoje, a UNASUL representa uma dimensão mais arrojada da integração na sub-região, quando a partir dos locos já existentes, busca-se, comunitariamente, ampliá-los, inclusive com relação aos temas a serem tratados e acordados, como a Comunidade de defesa da América do Sul. Contudo, as movimentações golpistas no Brasil, se vitoriosas, apontam para o fim destes esforços e para um retorno à subordinação da sub-região com relação, sobretudo aos EUA, que não vê com bons olhos as articulações encetadas pelo Brasil com os BRICS, nem com a criação do banco dos BRICS que, no sistema internacional busca maior independência e ao multilateralismo político.